

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.030](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.030)

## A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE: CARREIRA, REMUNERAÇÃO, CONDIÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO (INICIAL E CONTINUADA)

Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Docente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA; Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação - GETEPS, fadyla.araujo@ufersa.edu.br;

Letronne Melo dos Santos

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA; Bolsista de Iniciação Científica, Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação - GETEPS, letronne.melo@alunos.ufersa.edu.br;

Joycieide Vivia Soares de Souza

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA; Bolsista de Iniciação Científica, Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação - GETEPS, joycieide.vivia.ufersa@hotmail.com

### RESUMO

Discute-se, nesse artigo, as quatro dimensões que compreendem a política de valorização docente, considerando-se as mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes da década de 1990. Resultado dos estudos e pesquisas de cunho bibliográfico e documental desenvolvidos, sobretudo, no âmbito da iniciação científica, no Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação - GETEPS, do Departamento de Ciências Humanas da Ufersa. O objetivo é analisar as dimensões da política de valorização docente e suas implicações no processo de consolidação dessa política. Fundamenta-se na Lei

do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) - Lei nº 11.738/08 e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) - Lei nº 14.276/21. Considera-se o aporte teórico de autores como Monlevade (1996); Pinto (2009); Oliveira (2010); Gatti (2011) e Oliveira e Vieira (2012), que compreendem as discussões sobre a Política de Valorização Docente através da carreira, remuneração, formação docente (inicial e continuada) e condições de trabalho, as quais são os objetos de estudo dessa pesquisa. A pesquisa desenvolvida nos permite afirmar que a compreensão das dimensões da valorização docente estão relacionadas às mudanças que permearam a educação a partir da década de 1990, quando o trabalho docente assumiu uma nova configuração, quando a política educacional brasileira foi influenciada pelo modelo econômico vigente, impactando diretamente nas formas de organização da educação, principalmente no que se refere às ações desenvolvidas para a garantia da valorização dos profissionais da educação.

**Palavras-chave:** Política de Valorização Docente, Condições de Trabalho, Carreira, Remuneração, Formação Docente.

## INTRODUÇÃO

**A**s crises econômicas que ocorreram entre a década de 1970 e 1990 afetaram diretamente o modelo econômico vigente, ocasionando na implementação do neoliberalismo. O advento do neoliberalismo nas Políticas Educacionais e no processo de descentralização, implicaram em novas configurações ao trabalho docente, como a exigência da participação de toda comunidade escolar na organização escolar, onde amplia os espaços de atuação do profissional docente, e que em conjunto com outros fatores, tem provocado à intensificação e exploração do trabalho docente, visto que este profissional está assumindo novas funções e responsabilidades no âmbito escolar, muito além do ensino em sala de aula.

Nesse contexto, algumas legislações e leis foram aprovadas no âmbito do senado brasileiro com o discurso de valorizar a categoria, como a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), nº 11.738/08 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) Lei nº 14.276/21. Entretanto, se faz necessário a compreensão de que estas só foram aprovadas através de pressão popular, da luta da categoria e de lutas organizadas por entidades, sindicatos, ativistas da educação e estudiosos da área, que se movimentam por políticas que valorizem o profissional docente.

A existência de marcos legais que tem como discurso valorizar esses profissionais, nos faz compreender que há uma Política de Valorização Docente em curso, embora haja uma grande discussão dos estudiosos das políticas públicas, a respeito dessas legislações, se elas estariam realmente valorizando os profissionais da educação, principalmente da educação básica.

Esta produção faz parte de pesquisa de iniciação científica realizada no Grupo de Estudo e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação (GETEPS) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e apresenta uma pesquisa bibliográfica, realizada em obras de pesquisadores da Política Educacional, autores como Monlevade (1996); Pinto (2009); Gatti (2011); Oliveira e Vieira (2012), com a finalidade de compreender quais elementos compõem a Política de Valorização Docente e em que legislações elas

são apontadas, para que possamos perceber a composição dessa Política e seus direcionamentos.

## METODOLOGIA

A metodologia realizada neste trabalho utiliza-se da técnica da pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002, p. 44) “embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”. Para o autor, as fontes bibliográficas podem ser compreendidas como livros, periódicos publicados e impressos diversos.

A respeito da diferença entre pesquisa bibliográfica e revisão bibliográfica, Sasso e Miotto (2007, p.2) informam que:

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

Outro erro frequente, é a compreensão de que a pesquisa bibliográfica seria a pesquisa documental, embora que para Gil (2002), sejam semelhantes, existe uma diferença de essência, enquanto a pesquisa bibliográfica se fundamenta sob diversos teóricos, a pesquisa documental, as fontes são diversificadas, que receberam ou não, trato analítico, como documentos conservados em órgãos públicos e privados e sindicatos, dentre outros. informa

A partir das reflexões realizada, a respeito da pesquisa bibliográfica, realizamos pesquisa em livros e artigos pré-definidos, autores como Monlevade (1996); Pinto (2009); Gatti (2011) e Oliveira e Vieira (2012) que compreendem as discussões sobre a Política de Valorização Docente, Carreira e Remuneração, Formação Docente e Condições de Trabalho, cujo qual são os objetos de estudo dessa pesquisa. Assim como, leis e planos que apontam a valorização docente enquanto políticas públicas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão das dimensões da valorização docente estão relacionadas às mudanças que permearam a educação a partir da década de 1990, quando o trabalho docente assumiu uma nova configuração, quando a política educacional brasileira foi influenciada pelo modelo econômico vigente, impactando diretamente nas formas de organização da educação, principalmente no que se refere às ações desenvolvidas para a garantia da valorização dos profissionais da educação.

Para compreender esse processo de transformações que ocorreram na sociedade brasileira em que se reorganizou a estrutura social, política e econômica, Cabral Neto e Macêdo (2006, p. 211) informa que “as reformas educacionais, implementadas principalmente a partir dos anos de 1990, destacam o papel dos professores, concebendo-os como os principais agentes materializadores das políticas educacionais”.

A partir dessa realidade, evidenciam-se novas exigências em torno desses profissionais, nos permitindo compreender a educação como um mecanismo de regulação do Estado. Segundo Afonso (2011, p.75) o estado pode ser compreendido como “uma organização política que, a partir de um determinado momento histórico, conquista, afirma e mantém a soberania sobre um determinado território, aí exercendo, entre outras, as funções de regulação, coerção e controle social”.

As reorganizações estruturais efetuadas na economia e na sociedade passam a exigir modificações na educação, assim como um novo perfil do profissional da educação. Essas modificações implicam diretamente nas políticas educacionais, dessa forma, na política de valorização docente.

Foi a partir da década de 1990, que se consolida o novo modelo de produção (reestruturação produtiva) e do modelo de Estado (Estado Neoliberal), resposta ao conjunto de crises que se apresentavam desde a década de 1970, surge à necessidade de se obter um novo profissional, atribuindo-se à educação a responsabilidade de formar esse profissional com o perfil adequado a esse modelo econômico.

Portanto, ao trabalho docente também são inseridas novas exigências. Sobre isso, Oliveira (2008, p. 5), relata que: “observou-se uma emergente reestruturação do trabalho escolar como consequência das reformas educativas mais recentes”. Segundo a autora, esse novo contexto político e econômico trouxe para a escola forte aceno ao trabalho coletivo, passando a exigir que os professores participem da elaboração do projeto pedagógico e adotem maior flexibilidade e transversalidade em suas práticas por meio dos currículos e das avaliações. Nas palavras de Oliveira (2008, p.7):

Os trabalhadores docentes se veem então forçados a dominarem práticas e saberes que antes não eram exigidos deles para o exercício de suas funções e, muitas vezes, recebem tais exigências como algo inerente ao avanço da autonomia e da democratização da escola. Diante dessas mudanças assiste-se uma ampliação do trabalho docente que passa a contemplar além das atividades em sala de aula, as reuniões pedagógicas, a participação na gestão da escola, o planejamento pedagógico, entre outras tarefas.

O trabalho docente, portanto, foi ampliado, e encontra-se ameaçado pelo fenômeno descrito por Oliveira (2008) como precarização do trabalho docente, resultado da intensificação desse trabalho, ampliação do raio de atuação do professor e, consequentemente, maior desgaste e insatisfação por parte desses trabalhadores.

Essa autora nos conduz a perceber a importância que a categoria “trabalho” assume no modo de produção capitalista, uma vez que é a partir dessa compreensão, que nos possibilitará a reflexão sobre o trabalho docente nesse processo. De acordo com estudiosos da área política como Netto (2011), o trabalho é o que torna possível a produção de qualquer bem e é através dele que se pode compreender a sociedade. Ainda segundo esse autor:

Na base da atividade econômica está o *trabalho* – é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os *valores* que constituem a riqueza social. Por isso, os economistas políticos sempre concederam ao trabalho uma importância especial em seus estudos. [...] trata-se de uma categoria que, além de

indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade. [...] Categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social (NETTO, 2011, p. 39).

O trabalho pode ser compreendido, desta forma, como uma atividade fundante da humanidade. Com centralidade na atividade humana, o trabalho é uma atividade coletiva, que para que ela exista, é necessária uma intencionalidade prévia, portanto trata-se de uma atividade projetada. Netto (2011), tomando como referência as reflexões de Marx, permite-nos compreender que através do trabalho o sujeito transforma a natureza e é transformado.

Compreendemos, portanto, que o trabalho é uma atividade essencial à vida humana, da qual o ser humano necessita para sobreviver e é através dele que o homem consegue transformar a natureza a seu favor e satisfazer suas necessidades vitais, se caracterizando como um direito do trabalhador, ainda que seja na forma alienante como é apresentado no sistema econômico capitalista. Portanto, negar esse direito pode ser considerado uma violência contra a humanidade.

A maneira como esse direito se efetiva de forma precária e o momento em que o trabalhador produz mais valor que o valor recebido (salário) constituem um dos principais problemas das relações de trabalho no sistema capitalista, uma vez que se trata da exploração do trabalho e da produção da mais-valia. Segundo Netto (2011, p.116):

[...] o capitalista não procede a nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas – paga-lhe, mediante o salário, o valor da força de trabalho (isto é, o valor da soma dos valores necessários à produção/reprodução do trabalhador). Entretanto, durante a jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução; é desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo.

A respeito da Educação, o combate à intensificação do trabalho docente é um desafio às políticas educacionais na atualidade,

especificamente, as políticas de valorização docente, uma vez que esses trabalhadores são submetidos, cada vez mais, a jornadas de trabalho que, muitas vezes, se realizam em precárias condições, como podemos identificar nos resultados divulgados em uma pesquisa desenvolvida em sete estados brasileiros intitulada “Trabalho docente na Educação Básica no Brasil”. Entre os resultados dessa pesquisa, Oliveira e Vieira (2012, p. 178) destacam:

Com a concentração tributária que persiste no país, o que se observa é que boa parte dos municípios brasileiros apresenta sérias dificuldades em garantir as condições adequadas à necessária realização do trabalho docente, resultando em uma educação injusta para os que nela trabalham.

Diagnósticos dessa natureza reforçam a necessidade de garantia da valorização dos profissionais da educação, da forma como está prevista na legislação nacional, uma vez que essa valorização é um elemento indispensável na melhoria da educação nacional. A partir dessa realidade, onde se evidencia que, no sistema capitalista, o trabalho docente assume novas configurações, destacamos a Política de Valorização Docente como uma grande aliada ao enfrentamento das ações neoliberais. Dessa forma, realizaremos, uma investigação sobre os quatro elementos que a constituem e em quais legislações são apontadas.

## OS QUATRO ELEMENTOS DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE

Para que possamos entender o elemento condições de trabalho, se faz necessário compreender o que significa o termo de modo geral, a respeito disso, Oliveira e Vieira (2012, p. 156), refere-se às condições de trabalho como “conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, envolvendo as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de realização das atividades e outros tipos de apoio necessários, dependendo da natureza da produção”.

Assim como, para as autoras, as condições de trabalho, também correspondem às relações de emprego, ou seja, formas



de contratação, remuneração, carreira e estabilidade, caracterizando-se como relações importantes e necessárias para todos os profissionais que atuam na educação, uma vez, que as formas de contratação, por exemplo, irão garantir a estabilidade desse profissional. Podemos assim, perceber inicialmente, a interligação dos elementos da carreira e das condições de trabalho.

Ainda para as autoras, Oliveira e Vieira (2012) o termo está diretamente relacionado às condições de vida do trabalhador, corroborando com as reflexões de Karl Marx, uma vez que ele defende que a luta por melhores condições de trabalho deve ser objeto permanente da resistência do movimento dos trabalhadores no interior do sistema capitalista.

Portanto, as condições de trabalho docente, segundo Oliveira e Vieira (2012) estão intimamente ligadas às condições do processo de trabalho nas escolas, ou seja, a jornada de trabalho, os recursos materiais, o tempo e espaço para o desenvolvimento das atividades planejadas, o horário de trabalho, as formas de admissão, o movimento da carreira docente, as condições de remuneração, a relação entre número de alunos por professor, entre outros fatores que permeiam o contexto educacional. Sobre o trabalho docente, Gatti (2011, p. 25) afirma:

Cada vez mais, os professores trabalham em uma situação em que a distância entre a idealização da profissão e a realidade de trabalho tende a aumentar, em razão da complexidade e da multiplicidade de tarefas que são chamados a cumprir nas escolas. A nova situação solicita, cada vez mais, que esse (a) profissional esteja preparado (a) para exercer uma prática contextualizada, atenta às especificidades do momento, à cultura local, ao alunado diverso em sua trajetória de vida e expectativas escolares.

As indagações apontadas pela autora nos levam para outro elemento que constitui a política de valorização docente, a formação. Algumas diretrizes dizem respeito à formação inicial e continuada do docente, em conjunto com a remuneração condigna, garantida através da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional. A respeito disso, Cabral Neto e Macêdo (2006, p. 212) destacam:

[...] as propostas de formação docente implementadas pelo Estado brasileiro, no contexto da reforma educacional operacionalizada notadamente a partir da década de 1990, buscam possibilitar a construção de um novo paradigma para a formação dos professores, ajustado não só à educação do século XXI, mas também às demandas advindas da reestruturação produtiva em desenvolvimento no mundo do trabalho.

Os autores nos permitem compreender que a nova estrutura política, econômica e social, ocasionou uma nova configuração para as políticas de formação dos professores. A formação compreende um instrumento de construção do perfil do profissional, sendo as políticas implementadas com esse propósito, que refletem as inovações exigidas com as transformações da sociedade e do cenário educacional brasileiro, se constituindo como um elemento de valorização. Numa perspectiva crítica sobre a formação de professores nesse novo contexto, Oliveira (2003, p. 32) esclarece:

A educação formal vem sendo evocada como o único caminho para os trabalhadores em geral encontrarem emprego ou se manterem empregados, do mesmo modo que a formação passou a ser uma estratégia defensiva para os professores que, por não conseguirem responder de forma satisfatória aos desafios da sua prática cotidiana, podem estar atribuindo à sua pouca capacitação a razão do seu insucesso.

A autora se refere à teoria da mobilidade social, o acesso ao emprego, através da formação inicial (graduação) e sobre as mudanças e novas exigências solicitadas ao profissional docente. Nóvoa (1999) afirma que o educador precisa estar atento aos desafios do tempo presente e pensar suas ações nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico. Ou seja, a formação do professor é um desafio diante do cenário construído sócio-historicamente, no que se refere tanto à formação inicial quanto à formação continuada. No tocante à primeira, Gatti (2011, p. 28) coloca que:

A formação inicial dos docentes tem implicações amplas para as escolas, na medida em que também esses profissionais poderão ser convocados a exercer a função de coordenadores pedagógicos,

supervisores educacionais ou diretores de escola, ou outras atividades nas redes de ensino.

Essa ressalva nos permite compreender que a exigência que se faz ao professor de que ele desempenhe um grande número de funções, além daquelas que estão previstas em sua formação, especialmente na formação inicial, pode contribuir para a perda da identidade desse profissional, uma vez que gera o desconforto de estar em uma profissão que exige qualificação, porém não disponibiliza tempo nem recursos financeiros para garantir tal exigência, o que Oliveira (2012) também compreende como condições de trabalho.

No entanto, sejam quais forem as soluções encontradas para os problemas da formação inicial, Monlevade (1996) afirma ser consenso que o mais importante é viabilizar alternativas de formação continuada qualificada, tendo em vista que na prática docente faz-se necessário mobilizar o professor sobre o seu compromisso.

A respeito da formação continuada, para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), enquanto a jornada de trabalho do professor não for recomposta, o problema da formação em exercício persistirá e, conseqüentemente, a qualidade da educação será um desejo não realizado, pois a intensificação do trabalho docente reduz seu tempo para leituras, estudos, entre outros fatores que poderiam contribuir com melhorias na sua formação continuada.

Nessa perspectiva, as políticas de formação docente (inicial e continuada) precisam estar atreladas aos condicionantes de uma política de valorização dos profissionais da educação.

Garantir aos professores a possibilidade de uma boa formação, segundo Menezes (1996), é uma das etapas mais decisivas no percurso para se alcançar a situação em que a consciência da importância da educação se transforme em realidade efetiva nas escolas brasileiras, ou seja, no momento em que à educação for dada sua devida importância, a formação dos professores constituirá um fator preponderante e um elemento da política de valorização docente que precisa ser garantida.

O elemento da carreira vem sendo discutido a partir das políticas de financiamento da educação e de fundos (Fundef/Fundeb) e da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) nº 11.738/2008.

Sobre a remuneração docente, Pinto (2009, p. 51) ressalta que: “a falta de remuneração adequada é um dos principais desafios da educação brasileira ao longo de sua história”. E o autor, Pinto (2009, p. 61) esclarece: “caso se pretenda uma mudança significativa nos padrões de remuneração dos professores da educação básica e demais profissionais, é necessária uma nova estimativa de recursos para o seu financiamento”. Indicando uma necessária mudança no financiamento da educação.

Na mesma perspectiva desse mesmo pensamento, a respeito do ampliado do financiamento da educação para melhorar a remuneração docente, Farenzena (2006) destaca:

A disponibilidade e a alocação de recursos para o setor da educação precisam ser balizadas pelos requisitos referentes às fontes de financiamento, aos deveres do Estado para com a educação, à hierarquia de prioridades em relação aos níveis e às modalidades de ensino e às especificidades destes e à distribuição de competências entre os níveis governamentais.

Com as limitações do financiamento da educação, a valorização docente parece a cada dia mais distante, principalmente, tendo em conta que os ganhos nas legislações são frequentemente alvo de contradições, algo que vai permear as políticas públicas educacionais.

Outra discussão que é realizada, além da insuficiência da política de financiamento da educação, é destacada pelo autor Monlevade (1996), que informa que há mecanismos que irão se estruturar para impedir que os professores aumentem seus salários e que ele abaixe, onde o não funcionamento dos elementos da formação e carreira, propositalmente afetaria o avanço da remuneração. Sobre o financiamento da educação ser uma política importante para valorização docente, Araújo (2017, p.108) destaca que:

A implementação de uma política remuneratória para os profissionais do magistério público brasileiro constitui-se eixo imprescindível da valorização profissional, sendo o elemento considerado prioritário nas discussões sobre a política de Fundos para o financiamento da educação. Instituída desde 1996, através do

Fundef, depois do Fundeb, essa política é, atualmente, a principal forma de financiamento da educação.

Segundo a autora, Araújo (2017), essa política obriga órgãos gestores dos diferentes segmentos do serviço público do ensino a definir uma política remuneratória para os trabalhadores docentes, em especial, para com a definição do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) e que discutir a carreira docente se torna indispensável nas discussões sobre remuneração, uma vez que estão interligadas, pois o avanço na carreira, é o que garantirá o avanço na remuneração. Também nesse elemento, encontram-se estratégias que são utilizadas por governos locais para diminuir o avanço na carreira docente, como o uso das avaliações de desempenho como forma de pré-requisito para o docente avançar na carreira. A forma como a avaliação é implementada, nos permite compreender, que sua essência não é a valorização docente, mas impedir os avanços na carreira.

## AS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA, REMUNERAÇÃO, FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE

Para pensar as políticas públicas educacionais, é preciso compreender que são criadas através de lutas históricas, como é o caso do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), que vinha sendo reivindicado desde a Constituinte de 1823 e que só foi efetivado enquanto política, décadas depois. Sobre a criação do PSPN, Araújo (2017, p. 91) informa:

O artigo 41 da Lei do Fundeb, publicada em 20 de junho de 2007, determinava que o poder público, deveria fixar, em lei específica, até 31 de agosto de 2007, um piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Porém, essa determinação não foi atendida no prazo estabelecido e somente em 16 de julho de 2008 aprova-se a Lei n. 11.738, a qual regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica.

É através dessa lei que será determinado o valor a qual os entes federados não podem fixar o vencimento inicial das carreiras, para no máximo, 40 (quarenta) horas semanais. Araújo (2017) acrescenta que na época, o valor era equivalente a R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) para cargos em nível médio, modalidade normal, resguardada pelo artigo 62 da Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), entrando em vigor a partir do dia 1º (primeiro) de janeiro de 2008.

Para os docentes com titulação (graduação, especialização, mestrado, doutorado), deve ser aplicado um percentual de diferença no vencimento, tendo como base a lei do piso e o plano de cargos, carreira e remuneração (pccr) do município. Araújo (2017, p.91) diferencia vencimento e remuneração:

O vencimento constitui a base da remuneração dos professores estatutários sobre o qual não incidem quaisquer gratificações, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, enquanto a remuneração compreende o conjunto pecuniário do qual o servidor tem direito como contraprestação ao trabalho expresso e realizado mediante vínculo com a administração pública, logo engloba o vencimento, gratificações e quaisquer outras vantagens.

Essa estrutura compreende um grande avanço nas políticas de carreira e remuneração, sistematizando a profissão docente e os caminhos para sua efetiva valorização. Outros marcos legais também irão ter em seus discursos, a valorização docente, sendo eles a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014-2024 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A Constituição Federal de 1988, vai abordar a valorização docente nos incisos V e VIII do artigo 206, definindo a forma como o ensino será ministrado. Segundo essa legislação, a profissão docente será valorizada através de planos de carreira, com ingresso exclusivo por concurso público, de provas e títulos, e de piso salarial profissional nacional para os trabalhadores da educação pública (BRASIL, 1988). Sobre a valorização docente na Constituição Federal de 1988, Monlevade (1996, p.3) aponta:

Reconhecendo que a qualidade das escolas públicas só poderá ser construída por profissionais da educação valorizados, inclusive salarialmente, os constituintes indicam três caminhos para a conquista da valorização profissional: 1) a necessidade de uma titulação acadêmica de qualidade que habilite para a superação de provas de ingressos; 2) enquadramento profissional numa carreira que supõe estabilidade e progressão; 3) a proteção e a valorização salarial, através de um piso profissional para os membros do magistério público.

Mesmo a Constituição Federal de 1988, legisle em forma de lei caminhos para a valorização docente, existem inúmeras lacunas na política que impedem a sua efetivação, como ocorre na Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) que é interpretado de diversas formas pelos Estados e Municípios, acarretando em desvalorizações e na discrepância entre remunerações.

A Constituição servirá como base para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996. A LDB irá estabelecer: I) ingresso por concurso público, através de provas e títulos; II) formação continuada, sendo garantido o direito a licenciamento periódico com a remuneração; III) Piso Salarial Profissional; IV) Progressão de Carreira; V) Tempo dedicado para estudos, planejamento, incluído na carga horária do trabalho; VI) Condições de trabalho.

Estabelecendo o elemento das condições de trabalho enquanto elemento essencial para todos profissionais da educação, diferente da Constituição Federal de 1988, que não aponta em seu texto, de forma específica, essa garantia. Considerada um avanço da LDB em detrimento da Constituição.

Outro marco que vai estabelecer em seus discursos a valorização docente, é o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pelo Ministério da Educação em 2014, com vigência até 2024, estabelecendo as metas 15, 16, 17 e 18, como as metas que contemplam o eixo da valorização docente.

A Meta 15, objetiva garantir, em regime de colaboração, uma política nacional de formação de docentes, e que tem como meta garantir que docentes obtenham o título de licenciados na área de educação em que atuam. Já a Meta 16, objetiva formar pelo menos

50% dos docentes em nível de pós-graduação, assim como, ofertar formações continuadas a partir dos contextos e demandas do ensino. A Meta 17, planeja valorizar os trabalhadores docentes até o sexto ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), com os outros profissionais com escolaridade equivalente e a última meta, a 18, pretende no mínimo de 2 (dois) anos, garantir o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), da Educação Básica Pública e do Ensino Superior Público. O da Educação Básica seria o estabelecido pelo PSPN.

No entanto, o Plano Nacional da Educação (2014-2024), não está sendo implementado como deveria. Em seus primeiros anos de vigência, ocorreram cortes em diversos setores da educação, limitando e impedindo a efetivação de suas metas, como por exemplo, no governo de Dilma Rousseff, em seu segundo mandato, realizou um corte de 70 bilhões do Orçamento Federal, o que ocasionou em uma perda de R\$ 9,47 bilhões para a educação, sendo anunciado em maio de 2015, através do Ministro da Educação Aloizio Mercadante (ARAÚJO, 2015), se contradizendo em seus discursos, ao tinha como lema “Brasil, Pátria Educadora”.

Com o golpe de 2016, acarretando no Impeachment de Dilma Rousseff, onde o Michel Temer assumiu a presidência, e que durante seu governo, realizou limitações aos investimentos em educação em 20 anos, através da Emenda Constitucional n. 95/2016, que irá estabelecer o teto mínimo de gastos públicos, impactando a educação, saúde, infraestrutura, assim como, os segmentos sociais. Afetando diretamente a implementação das metas e da política de valorização docente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A finalidade deste artigo é discutir acerca dos quatro elementos da política de valorização docente, a carreira, remuneração, condições de trabalho e formação. Por ora, compreendemos que essa Política abrange vários elementos e espaços da profissão docente, sendo apontadas em políticas educacionais, como as políticas de Fundos (Fundef e Fundeb), assim como no Plano Nacional de Educação.



Com os estudos teóricos desenvolvidos acerca do assunto, nos faz entender que não basta à criação de um conjunto de legislações para promover a melhoria da qualidade da educação, tampouco a valorização docente, pois essas legislações apresentam algumas limitações, fazendo-se necessária a garantia de políticas públicas educacionais abrangentes e contínuas.

As políticas educacionais, da maneira como têm sido implementadas, na perspectiva neoliberal, não traduzem as mudanças que se almeja na educação, especialmente no que se refere à política de valorização docente, pois reforçam a reprodução das desigualdades, uma vez que a redefinição do papel do Estado como regulador das políticas educacionais tem se caracterizado como reprodução de uma falsa melhoria na qualidade da educação.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do Estado e Políticas Educacionais**: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. Educação & Sociedade, Campinas, p.75, 22 ago. 2001.

ARAÚJO, F. K. **Desafios da valorização dos professores da Educação Básica da rede pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte: Carreira e Remuneração (2009-2015)**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017, p. 91-108.

ARAÚJO, Luiz. **Cortes na Pátria Educadora**. 2015. Disponível em: <<http://rluizaraujo.blogspot.com.br/search?updated-min=2015-01-01T00:00:00&updated-max=2016-01-01T00:00:00-02:00&max-results=39>>. 24 de maio de 2015. Acesso em: 13 Jul. 2022.

CABRAL NETO, Antônio; MACÊDO, Valcinete Pepino. **Os desafios da formação continuada de professores**: uma reflexão sobre o programa Gestar. In: CABRAL NETO, Antônio et al. (Org.). Política pública da educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 211-212.

FARENZENA, Nalú. **A política de financiamento da educação básica:** rumos da legislação brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GATTI, Bernardete Angelina. **Políticas docentes no Brasil:** um estudo da arte. Brasília: UNESCO, 2011, p.25-28.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.44.

MENEZES, Luis Carlos. **Professores:** formação e profissão. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Nupes, 1996. (Coleção Formação de Professores).

MONLEVADE, João. Pequenas geografias, história e economia da profissão docente no Brasil. In: MENEZES, Luis Carlos (Org.). **Professores:** formação e profissão. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Nupes, 1996. (Coleção Formação de Professores).

MONLEVADE, João. **Valorização Salarial dos Professores:** O papel do Piso Salarial Profissional Nacional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica Pública. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000, p.3.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.39-116, (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.32.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga. **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p.156-178.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Os trabalhadores docentes no contexto de nova regulação educativa: análise da realidade brasileira.** In: SEMINÁRIO REDESTRADO – NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA

LATINA, 7., Buenos Aires, 3, 4 Y 5 de Julio de 2008. Anais... Buenos Aires, 2008, p.5-7, Disponível em: <[http://www.fae.ufmg.br/estrado/cdrom\\_seminario\\_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Dalila%20Oliveira.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cdrom_seminario_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Dalila%20Oliveira.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2022.

PINTO, José Marcelino Rezende. **Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira.** Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 13 Jul. 2022.

SASSO, Telma Cristiane; MIOTO, Regina Célia. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál, Florianópolis, v.10, n. esp. p. 2, 2007.